

Migrações internas no Brasil: uma breve retrospectiva do passado e do presente

Tafarel Cassaniga¹

Resumo: O Brasil, com sua vasta extensão territorial e diversidade cultural, historicamente apresenta intensos fluxos migratórios internos, influenciados por fatores econômicos, políticos, ambientais e sociais. Este artigo objetiva traçar um panorama histórico das migrações internas no Brasil, analisando como esses movimentos populacionais moldam a dinâmica espacial do país. O século XX foi marcado pelo êxodo rural, impulsionado pela industrialização. No século XXI, novas dinâmicas migratórias, como a migração de retorno e entre cidades, ganham relevância. A metodologia utilizada neste estudo combina a análise de dados demográficos da PNAD e dos Censos Demográficos do final do século XX e início do século XXI com uma revisão teórica abrangente sobre as migrações internas no Brasil no mesmo período. Essa abordagem permite identificar as mudanças nos padrões migratórios, revelando as novas tendências que influenciam a distribuição da população.

Palavras-chave: Migração; Migrações internas; Centros urbanos.

¹ Doutor em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental (PPGPlan) pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Docente de Geografia no Centro e Ciências da Educação (CED) - Colégio de Aplicação (CA) - da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4957881896279193> Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3406-6297> E-mail: tafa.cassaniga@hotmail.com

Internal migrations in Brazil: a brief retrospective of past and present

Abstract: Brazil, with its vast territory and cultural diversity, has historically experienced intense internal migratory flows, influenced by economic, political, environmental, and social factors. This article aims to provide a historical overview of internal migrations in Brazil, analyzing how these population movements shape the country's spatial dynamics. The 20th century was marked by rural exodus, driven by industrialization. In the 21st century, new migratory dynamics, such as return migration and inter-city migration, gain relevance. The methodology used in this study combines the analysis of demographic data from PNAD (National Household Sample Survey) and Demographic Censuses from the late 20th and early 21st centuries with a comprehensive theoretical review of internal migrations in Brazil during the same period. This approach allows for the identification of changes in migratory patterns, revealing new trends that influence population distribution.

Keywords: migration; internal migrations; urban centers.

Introdução

À luz dos estudos já produzidos sobre a temática, pode-se entender por migração uma mudança permanente ou semipermanente de residência, não sendo relevante para esta definição a distância do deslocamento ou, mesmo, a natureza voluntária ou involuntária do ato de migrarⁱ.

Não importa quão curto ou quão longo, quão fácil ou quão difícil é o ato migratórioⁱⁱ. Para o autor, este implica um lugar de origem, um lugar de destino e uma série de obstáculos intervenientes, entre os quais se destaca, como sempre presente, a distância do deslocamento.

As migrações internas no Brasil têm sido um fenômeno significativo ao longo de sua história. Desde o período colonial até os dias atuais, milhões de pessoas têm migrado dentro do país em busca de melhores oportunidades de emprego, acesso a serviços de saúde e segurança, entre outros. Essas migrações têm sido impulsionadas por diversos fatores, como a concentração de riqueza e recursos em determinadas regiões e, principalmente, a os avanços na industrialização e a urbanização.

A distribuição da população brasileira é bastante diversificada, com grandes aglomerados em algumas áreas metropolitanas e vazios demográficos em outras regiões do país. Deste modo, essa complexidade demográfica na distribuição populacional do Brasil impacta diretamente nas migrações internas que, por sua vez, repercute consideravelmente na economia, política, cultura e na sociedade como um todo. As migrações internas, portanto, tem sido um importante força motriz para o desenvolvimento econômico e social do país. Desde o período colonial, as migrações internas têm desempenhado um papel fundamental na ocupação territorial, no crescimento demográfico e na diversificação cultural do Brasil.

A partir da segunda metade do século XX, as migrações internas no Brasil passaram por uma mudança relevante. Com o processo de industrialização e a consequente urbanização, houve uma intensa migração de pessoas do campo para as cidades, principalmente para a região Sudeste do país. Isso contribuiu para a formação de grandes metrópoles, como São Paulo e Rio de Janeiro, que se tornaram centros econômicos do país. No entanto, a falta de planejamento urbano e políticas públicas adequadas levou à formação de favelas e periferias, onde a população vive em condições precárias.

É neste contexto, que este estudo procura incorporar uma breve discussão sobre os movimentos migratórios internos no Brasil no limiar do século XX até o presente. Assim, além da introdução e das conclusões, o artigo está dividido em três eixos: o primeiro, traz uma discussão sobre a teoria das migrações internas a partir da realidade brasileira. O segundo, por sua vez, apresenta os principais acontecimentos de década após década das mobilidades internas no Brasil. E, por fim, o último eixo evidencia um panorama recente, ou mais precisamente do século XXI, sobre as transformações nos dados demográficos no território brasileiro.

As migrações internas: o caso do Brasil

Ao analisar os movimentos migratórios em um âmbito mundial é possível perceber que suas causas estão entrelaçadas em diversos fatores. Assis aponta que inicialmente os sociólogos analisavam a migração como consequência da sociedade capitalistaⁱⁱⁱ. Seria ela, a migração, uma consequência dos fenômenos de industrialização, urbanização e mobilidade espacial, verificados no modo de produção capitalista. No entanto, ainda segunda a autora, não há uma resposta única para essa questão, pois, além do próprio capitalismo em si, fatores como crescimento demográfico, crises econômicas, desastres ambientais, guerras,

perseguições étnicas, políticas e religiosas também são condições que levam às migrações.

O critério para escolha do destino do migrante depende de fatores como características econômicas, políticas, sociais e físicas do local. O fator econômico é o mais evidente, uma vez que, o migrante busca oportunidades de melhor salário por meio de empregos nas indústrias e melhores custos de moradia e de vida.

O processo migratório ocorre sempre que uma pessoa decide mudar seu local de residência, ou seja, sair de sua cidade ou país para viver em outro lugar. Sendo assim, são considerados emigrantes essas pessoas que partem de sua terra natal e buscam melhores condições de vida em outra cidade ou país. Já os imigrantes são aqueles que entram em um país destino que, por sua vez, “são recebidos” pela sociedade de acolhimento e conflito.

Desta forma, todo imigrante é um emigrante, e vice-versa^{iv}. É emigrante na terra natal e, do mesmo modo, é imigrante na terra de destino. Tudo depende, então, do ponto de vista a partir do qual o fenômeno é apreciado.

Contudo, a ideia de condensar os dois conceitos (imigrantes e emigrantes) é entendido por Santos^v que devido aos grandes fluxos de deslocamentos se estabelece uma terceira designação – a migração. Migração reproduz a existência de movimentos sem distinção explícita entre origem e destino, ou seja, entre quem parte e quem chega.

Em países desenvolvidos fatores não econômicos têm grande importância para a migração. Uma melhor qualidade de vida, por exemplo, é um fato não econômico associado à migração. Os lugares mais atraentes seriam aqueles com melhores condições climáticas, com menor criminalidade, com menos poluição, com menos congestionamento de tráfego, entre outros. Outros fatores migratórios, em países de renda baixa e média como o Brasil, por exemplo, são a presença de alguns familiares e amigos no local de destino, vistos como rede de proteção social

e núcleo de atividades sociais. Por fim, outros fatores podem ser mencionados: o desejo de viver em uma cidade maior; problemas de saúde; desejo de poder usufruir de melhores possibilidades na educação e, ainda, desejo de fugir da violência rural e urbana.^{vi}

Vê-se que a descrição de um dado processo migratório não se resume à apresentação de informações sobre o número de pessoas que saem de uma determinada região para se instalar em outra. Também é necessário verificar quais fatores levaram os migrantes a sair de seu local de origem, assim como os fatores que os levaram a se estabelecer no local de destino.

De forma menos genérica, e possivelmente mais adaptada às migrações internas verificadas no Brasil, as causas desse tipo de migração são apresentadas por Singer como tendo por motor principal as desigualdades internas, surgidas da industrialização nos moldes capitalistas^{vii}. Observa o autor que, em alguns lugares, a economia se especializa na produção de algumas poucas matérias-primas de modo a reproduzir, dentro de um mesmo país, a dicotomia “desenvolvidos x subdesenvolvidos” verificada no plano internacional.

Já sobre as consequências das migrações internas, sabe-se que o desenvolvimento transforma a estrutura econômica e ocasiona profundas mudanças na estrutura social. Novas classes sociais surgem ao passo que outras, mais antigas, se atrofiam. Assim, as migrações internas desempenham papel de grande importância nessas transformações das estruturas econômicas e sociais. A passagem de uma parte da população de uma classe a outra se dá muitas vezes mediante movimentos no espaço.^{viii}

Os movimentos migratórios podem, então, ser compreendidos como fenômenos que implicam não só movimentação espacial de pessoas, mas, também, movimentação social, ou seja, uma mudança de posição social, se não

efetiva, ao menos desejada, por parte dos indivíduos que participam de um dado movimento migratório.

Neste sentido, o renomado geógrafo brasileiro, Milton Santos, afirma:

*O fenômeno das migrações aparece, portanto, estreitamente ligado ao da organização da economia e do espaço, vistos de um ponto de vista dinâmico. Essas **migrações são uma resposta a situações de desequilíbrio** permanente e contribuem para agravar esses desequilíbrios econômicos e espaciais, geralmente em favor de zonas mais evoluídas^{ix} (sem grifos no original).*

Nesta acepção, os movimentos migratórios estão estreitamente ligados à produção e reprodução do espaço, sobretudo, associados à industrialização e urbanização no modo de produção capitalista que, por sua vez, acarreta desigualdades regionais. Sendo assim, Singer^x afirma que nos moldes capitalistas qualquer processo de industrialização implica uma ampla transferência de atividades e pessoas, a favor de apenas algumas regiões em cada país, esvaziando as demais. Deste modo, a decisão adotada é escolher a localização onde há maior urbanização, tornando, ao seu turno, a crer que a urbanização assume características próprias do capitalismo.

Brito aponta análises econômicas e sociológicas sobre as migrações internas que auxiliam na compreensão da realidade brasileira. No ponto de vista do autor, as migrações são influenciadas pela teoria do desenvolvimento econômico, com oferta ilimitada de mão de obra e, pela teoria da modernização social. Na primeira teoria (do desenvolvimento econômico) encontra-se a concepção de que as migrações são um forte mecanismo de transferência da população de regiões agrícolas, densamente povoadas e com uma produtividade do trabalho extremamente baixa, para os setores urbanos e industriais da economia capitalista. Já na segunda teoria (a da modernização), o autor afirma que as migrações transferem as populações das áreas tradicionais para as

idades (principalmente as grandes cidades) onde se predomina um arranjo social e cultural mais moderno^{xi}.

Migrar para as cidades é uma das opções mais pertinentes quando a ideia é mudar o padrão de vida. Sendo assim, cabe ao migrante analisar se o local destino precisa da necessidade de uma mão-de-obra que atenda as expectativas do mercado de trabalho. Assim, a migração é vista como uma estratégia que tem como objetivo melhorar a vida do migrante e a da família que o acompanha.

Durham exemplifica a importância do papel familiar no projeto migratório, uma vez que, a transferência para áreas urbanas é envolvida por um empreendimento familiar que tende a seguir trajetórias já percorridas por parentes, amigos ou conterrâneos que oferecem informações a respeito das oportunidades de trabalho^{xii}.

Vê-se, então, a questão das redes migratórias, neste caso pelo entendimento de Massey que podem ser definidas como “complexos de laços interpessoais que ligam migrantes, migrantes anteriores e não-migrantes nas áreas de origem e de destino, por meio de vínculos de parentesco, amizade e conterraneidade”^{xiii}.

No entanto, por uma perspectiva sociológica, Germani ensina que a migração é um processo social que ultrapassa o método do mercado de trabalho e se introduz em uma extensiva mudança social, psicossocial e cultural, tanto individual quanto coletiva dentro da sociedade contemporânea. Sendo assim, os movimentos migratórios são essenciais e funcionais para o desenvolvimento da sociedade^{xiv}.

Voltando às concepções iniciais, os movimentos migratórios internos podem ser entendidos por deslocamentos populacionais dentro do próprio país. E, no Brasil, segundo Baeninger, as migrações apresentaram características distintas em cada uma das etapas econômicas. Ainda que a migração seja sempre

definida como uma mudança de residência, o seu processo envolve sentido, direções, causas e consequências bastante variadas. Sendo assim, cada tipo de movimento migratório teve sua expressão num momento e pode ter significado diferente noutra etapa e em outro espaço^{xv}.

O Brasil e as migrações internas do século XX

O período compreendido pelo avanço da economia cafeeira e os primórdios da industrialização constitui um dos períodos mais ricos para o estudo da dinâmica entre espaço e movimentos migratórios. Patarra alega que os movimentos migratórios foram impulsionados pelas plantações de café no estado de São Paulo que, ao seu turno, foi a principal fonte de força de trabalho após o fim da mão de obra escrava (a partir de 1890 até 1920). Desta forma, a partir da década de 1930, com a expansão da industrialização, diminuiu a imigração europeia e iniciou um intenso processo migratório interno no país^{xvi}.

Diante disto, o período da economia cafeeira até os primórdios da industrialização marca uma transição dos movimentos migratórios. Nesta acepção, Martine exemplifica que as migrações internas na Colônia e, também, no Império se traçaram pelos ciclos de atividade econômica primário-exportadora. Isso teve como consequência uma estruturação territorial marcada pelo início de uma rede diversificada de cidades. Ainda segundo o autor, cada ciclo econômico (pau-brasil, açúcar, pecuária, mineração, café ou borracha) ao se deslocar geograficamente para a atividade exportadora, também ocupou novos territórios provocando o aparecimento de novos núcleos de assentamento^{xvii}. Assim, a necessidade de mão-de-obra em cada novo ciclo era suprida por migrações ultramarinas de colonos e escravos.

A partir da década de 1930 iniciou-se um crescente fluxo migratório interno no país em decorrência da necessidade de mão de obra nas cafeeiras. Souza

explica que a expansão industrial da cidade de São Paulo, na década de 1930 e nos anos seguintes, atraiu contingentes populacionais do meio rural paulista e de outros estados brasileiros. As razões desse fluxo migratório para São Paulo tiveram como intuito progredir economicamente, já que as áreas rurais não tinham mais esperanças^{xviii}.

O acelerado processo de urbanização impulsionado pelas transformações capitalistas, principalmente no Sudeste com a industrialização, contribuiu para uma migração rural-urbana. Para um melhor entendimento, Brito ensina que a teoria de uma migração rural-urbana é um processo acompanhado por dois estágios. O primeiro estágio é definido pelo migrante rural e não-qualificado, onde se direciona para uma área urbana, durante um certo período de tempo, no chamado setor urbano-tradicional (desempregados abertos, subempregados, empregados ocasionais e empregados do setor informal). Em seguida, no segundo estágio, a migração é incentivada pela busca de emprego permanente no setor moderno^{xix}.

No período compreendido entre 1930 e 1950 Patarra aponta que houve uma expressiva diminuição dos movimentos migratórios internacionais, pois de 835 mil pessoas durante os anos 1921-1930, a imigração decresce para 285 mil e 130 mil, respectivamente, nas décadas de 1940 e 1950 do século passado^{xx}. Sendo assim, o país inicia com um expressivo ciclo de migrações internas.

Esse processo foi acompanhado de um ciclo de migrações internas que, durante mais de três décadas, fornece mão de obra para as áreas de concentração econômica; isso foi possível porque o crescimento da população brasileira caracteriza-se, após 30, por um forte crescimento vegetativo e amplos deslocamentos populacionais rumo às cidades, que teve o papel de viabilizar um modelo de desenvolvimento espacialmente concentrado, com um mercado urbano relativamente reduzido, apoiado em amplos recursos naturais e na extrema pobreza da população rural^{xxi}.

Os estudos de migrações internas no Brasil apontam que o país passou por um crescimento econômico resultado de um movimento de migração rural-urbana, que se verificou em todas as regiões brasileiras. De acordo com os dados de Camarano e Beltrão os brasileiros vivenciaram um intenso processo de desruralização: aproximadamente 36 milhões de pessoas deixaram as áreas rurais no período compreendido entre as décadas de 1950 e 1980^{xxii}.

Com enfoque nas regiões brasileiras, Camarano e Abramovay apontam que a década de 1950 foi o período em que houve um intenso êxodo rural da região Nordeste. Dos 11 milhões de migrantes brasileiros rurais desta década, quase metade eram nordestinos. Os autores também afirmam que, na região Sudeste, quase 4 milhões de habitantes deixaram o campo (fator determinante para um expressivo aumento populacional nas regiões metropolitanas). Cabe ressaltar que, na mesma década, 20% da população da região Norte deixaram as áreas rurais. E, a região Sul, contou com um êxodo rural de 18,9%, o que contribuiu com apenas 13% dos migrantes rurais brasileiros^{xxiii}.

A década de 1950 é marcada por movimentos migratórios rurais-urbanos e, em virtude, disso diversos fatores apontaram novos rumos das populações rurais, principalmente do Nordeste (região com maior número de emigrantes). Os autores Camarano e Abramovay indicam fatores da emigração nordestina como: a construção de Brasília, os deslocamentos para as áreas metropolitanas, as migrações para a colheita de café em São Paulo e norte do Paraná e, por fim, as grandes secas que a região Nordeste passou no período^{xxiv}.

Contudo, a década de 1960 é o único período em que a maior parte dos migrantes rurais não eram nordestinos. Os anos da década de 1960 foram marcados pela emigração do Sudeste rural. Os dados apontam que 6 milhões de pessoas se deslocaram das áreas rurais, ou seja, metade de toda a migração rural

nacional.^{xxv} Válido então que, Martine exemplifica as causas deste referido movimento migratório:

[...] atribui esse movimento às mudanças técnicas por que passou a agricultura da região (sobretudo São Paulo), bem como aos chamados “fatores de atração”, que já estavam operando durante os anos 50 com a expansão das grandes cidades da região. A erradicação de cafezais, sua substituição por pastagens e a dissolução das “colônias” de fazendas que se seguiu à maneira como a legislação trabalhista foi usada em situação de regime militar contribuíram para este impressionante movimento populacional do Sudeste.^{xxvi}

As emigrações rurais das regiões Nordeste e Sudeste marcaram os anos da década de 1970. Neste sentido, os estudos de Camarano e Abramovay afirmam que aproximadamente 5 milhões migrantes deixaram o Nordeste, enquanto o Sudeste com aproximadamente 1,5 milhões de pessoas. A emigração rural da região Sudeste teve como fator a mecanização, pecuarização e a continuidade das colônias de café associadas ao mercado urbano^{xxvii}.

Os autores acima ainda comentam que na região Nordeste, de outro modo, a emigração esteve associada à expulsão generalizada de “moradores” dos engenhos e, também, à oportunidades de migrações inter-regionais dirigida à trabalhos assalariados de baixa qualificação durante o milagre econômico. Outro dado relevante refere-se a região Sul que, também na década de 1960, aproximadamente metade da população rural (45,5%) saiu do campo. Este fator foi atribuído aos subsídios, incentivos econômicos e ao aparato institucional impulsionado para estimular a adoção de técnicas produtivas e culturais poupadoras de mão-de-obra.

Vale ressaltar que o processo de urbanização brasileiro teve como determinante a dinâmica dos processos migratórios internos. É por este ponto de vista que define Brito:

O processo de urbanização no Brasil só acelerou e assumiu uma dimensão realmente estrutural na segunda metade do século passado. Somente na década de sessenta é que a população urbana superou a rural. A velocidade do processo de urbanização, muito superior à dos países capitalistas mais avançados, foi a grande novidade do caso brasileiro. Exemplificando, em apenas 50 anos, na segunda metade do século XX, a população urbana passou de 19 milhões para 138 milhões^{xxviii} [...].

Através das palavras do autor é possível compreender que o Brasil passou por um expressivo aumento populacional e, com isto, definiu-se grandes concentrações populacionais em aglomerados metropolitanos. Ainda segundo Brito, entre 1950 e 1980, os movimentos migratórios internos contribuíram para consolidar o sistema de cidades, bem como o desenvolvimento da economia e da sociedade. O autor aponta que na segunda metade do século XX as migrações foram decisivas para integrar territorialmente a sociedade brasileira, pois devido à expansão dos sistemas de transportes e de comunicação os migrantes fluíram aceleradamente e contribuíram para a estruturação das cidades^{xxix}.

Já a década de 1970, conforme Martine, é marcada pela explosão do crescimento urbano, com um crescente processo de concentração populacional em cidades cada vez maiores^{xxx}.

A década de 1980 teve como destaque as migrações urbano-urbano. Neste período, a economia brasileira passou por um momento de crise. Houve queda na estrutura produtiva do país e alguns setores brasileiros estavam despreparados para se inserir no mercado mundial. Foi um período de desemprego e baixo crescimento econômico. Sendo assim, intensificaram-se as migrações urbano-urbano e, por conta disso, a urbanização continuou a crescer^{xxxi}. Ainda segundo a autora, a década de 1980 aponta transformações significativas quanto às características dos movimentos migratórios no Brasil, bem como uma incidência

acentuada de migrações de retorno, predomínio de migrações a curta distância e intrarregionais, crescimento de cidades de porte médio e, também, uma composição generalizada de periferias no entorno dos centros urbanos maiores.

A década de 1990 foi marcada pela desconcentração da população motivada pela descentralização das atividades econômicas. Enquanto algumas metrópoles brasileiras sofreram com o esvaziamento populacional, outras regiões começaram um processo de metropolização. As tradicionais cidades populosas, como Rio de Janeiro e São Paulo, tiveram perdas demográficas, enquanto cidades como Curitiba, Belo Horizonte, Recife, Salvador, entre outras, tiveram um expressivo crescimento demográfico. A esse processo de desconcentração econômica se soma a queda de fecundidade, o que provoca uma redução no ritmo de crescimento populacional e um redirecionamento das migrações. Deste modo, ocorreram migrações de retorno para o Nordeste, sendo assim, as migrações internas deixam de se dirigir apenas aos grandes centros e iniciam um deslocamento para outras cidades médias.^{xxxii}

A década de 1990 é também marcada por um êxodo rural nordestino. Camarano e Abramovay indicam que de todos os migrantes rurais do país, 54,6% deixaram o Nordeste entre 1990 e 1995, o que representou 31,1% da população de áreas rurais da região no início da década. A população rural nordestina representou uma redução de 1,2 milhão de pessoas nesses cinco anos, como consequência do êxodo rural e da queda da fecundidade. No entanto, a região Centro-Oeste foi a região que mais desruralizou na década de 1990^{xxxiii}.

Ainda sobre a região Nordeste, Patarra define que:

Nessa região, tradicional área de emigração, ainda marcada por acentuados diferenciais de pobreza e condições de vida, registra-se também um decréscimo, em número absolutos, de sua população rural: de 17,2 milhões, em 1980, para 16,7 milhões em 1991 e 14,8 milhões em 2000^{xxxiv}.

Nos anos 2000, de acordo com o IBGE, o Brasil contava com uma população de 169,6 milhões de habitantes. A população definida como rural era constituída por 34 milhões de pessoas, ou seja, 18,8% do total populacional. A população urbana registrava cerca de 137,9 milhões, neste caso, 81,2% da população total. Neste período, Patarra aponta que há uma diminuição do volume migratório do país em 7%. A região Sudeste teve um saldo migratório negativo e o Nordeste uma grande perda populacional. O Nordeste, conhecido tradicionalmente como uma área de emigração, ainda marcada por acentuados diferenciais de pobreza e baixas condições de vida, teve registrado um decréscimo em sua população rural. Apesar de concentrar quase a metade da população rural do país, em função das significativas transformações econômicas, sociais e demográficas, a região Nordeste apresentou no censo de 2000 uma população urbana duas vezes maior que a rural, registrando 33 milhões de pessoas.

O censo de 2000, segundo Oliveira; Ervatti e Neill, confirmou tendências nos movimentos migratórios internos e apontou novos espaços de redistribuição populacional. Os autores apontam que os deslocamentos entre as regiões brasileiras foram de 3,3 milhões de pessoas. A Região Nordeste, entre entradas e saídas, demonstrou a maior perda absoluta, com 760 mil pessoas. Vale ressaltar que a Região Sul, de acordo com o Censo de 2010, teve um pequeno saldo migratório negativo, pelos quais foram intencionados por trocas migratórias da Região Sudeste^{xxxv}. Por fim, a Região Sudeste apresentou o maior saldo líquido absoluto, fruto da imigração nordestina, pois as trocas com as outras regiões brasileiras não foram tão expressivas (Tabela 1).

Tabela 1 – Imigrantes, emigrantes e saldo líquido migratório segundo as regiões brasileiras (2000)

| Regiões | Imigrantes | Emigrantes | Saldo líquido migratório |
|---------------------|------------|------------|--------------------------|
| Norte | 355.436 | 292.751 | 62.685 |
| Nordeste | 647.373 | 1.411.421 | (-) 764.048 |
| Sudeste | 1.404.873 | 946.286 | 458.587 |
| Sul | 330.618 | 349.813 | (-) 19.195 |
| Centro-Oeste | 625.246 | 363.275 | 261.971 |

Fonte: IBGE (Censo Demográfico – 2000) adaptado de Oliveira; Ervatti e Neill (2011)

Nota: Exclusive imigrantes vindos de países estrangeiros.

A tabela acima apresenta dados que confirmam o expressivo saldo negativo migratório da Região Nordeste pelo Censo de 2000. Sendo assim, configurando-a como uma espécie de região expulsora. Nota-se, também, os dados da Região Sudeste que, conforme o que foi apresentado até o momento, é conhecida por uma região de absorção migratória no decorrer do século XX, principalmente pelas grandes metrópoles São Paulo e Rio de Janeiro. E importante, também, destacar é o cenário da Região Sul que, perante os dados, possuía um pequeno saldo líquido migratório negativo que, por sua vez, tal cenário muda no século XXI, principalmente para o Estado de Santa Catarina que se configura com um território de atração migratória.

O século XXI no olhar das migrações internas

De acordo com o censo realizado pelo IBGE, no ano de 2022, o Brasil conta com uma população de 203.062.512 habitantes, cerca de 6,45% a mais em relação à edição anterior da pesquisa, em 2010, que havia contabilizado 190.755.799 de pessoas. Em 2010, o censo registrou que 84% da população vive em áreas urbanas e 16% em áreas rurais. Em comparação com o censo realizado no ano 2000, o país

teve um aumento de 20.933.524 pessoas. Esse número demonstra que o crescimento da população brasileira no período foi de 12,3%, inferior ao observado na década anterior (15,6% entre 1991 e 2000). Importante destacar que o Censo de 2022 aponta que as regiões Sul e Sudeste puxaram o crescimento da população brasileira. O Sudeste ganhou 4.482.777 pessoas, e o Sul, 2.546.424.

A autora Baeninger descreve que o entendimento dos movimentos migratórios internos contemporâneos tem suas raízes históricas, assentadas na passagem de uma sociedade urbana-industrial. Ainda segundo a autora:

Os movimentos migratórios apresentaram características distintas em cada uma das etapas econômicas, uma vez que, embora a migração seja sempre definida como uma mudança de residência, envolve sentidos, direções, causas, consequências bastante variadas; determinado tipo de movimento migratório teve sua expressão num momento e pode ter significado diferente noutra etapa e em outro espaço^{xxxvi}.

É importante ainda citar que, os ciclos migratórios presenciados pelo Brasil até o final do século XX, tiveram sua dinâmica alicerçada em condições econômicas, bem como na inserção do modo de produção capitalista e a urbanização. Diante disto, Harvey e Sassen afirmam que ao entrar no século XXI amplia-se o entendimento das migrações internas, pois além do cenário nacional é preciso incorporar as transformações da nova ordem internacional na divisão social do trabalho no mundo^{xxxvii}.

O século XXI traz um novo olhar para as interrelações sociais e demográficas atuais, do mesmo modo que permitem afirmar que as migrações urbanas reconfiguram os processos migratórios neste novo século^{xxxviii}.

De acordo com Sassen, o processo de redistribuição produtiva no contexto internacional tem contribuído em nível nacional, regional e local para a composição de espaços urbanos selecionados^{xxxix}. Por este motivo, Baeninger

aponta que os espaços têm apresentado transformações em termos políticos, sociais e econômicos que, ao seu turno, modificaram as formas e os processos urbanos vigente até o início do século XXI. Assim, as inovações tecnológicas se acentuaram em pequenas e médias cidades, de maneira que passaram a constituir uma importante fatia do dinamismo regional e, conseqüentemente, uma mudança na direção e sentido dos fluxos migratórios nacionais^{xi}.

Diante disto, os autores acima citados apontam que o processo global ligado às atividades econômicas provoca transformações nas estruturas urbanas e populacionais. Por esta abordagem, ainda ensina Baeninger:

É importante reter aqui para as análises das migrações internas do século 21 no Brasil, que são a partir desses lugares inseridos na lógica da produção global que se desencadeia a nova configuração migratória nacional: alta rotatividade, oscilação entre as condições da migração (retenção, perda e rotatividade migratória) e a utilização dos espaços como recurso para outros deslocamentos populacionais^{xii}.

Nesta acepção, a autora acima descreve que a dinâmica das migrações internas no Brasil, no início século XXI, tem suas raízes de transformações desde a década de 1980 ancorado ao desempenho econômico. Baeninger defende que atualmente os estudos ligados aos fluxos migratórios internos são abordados em dois aspectos: de um lado as migrações de longa distância e, de outro, as migrações regionais através de especificidades às migrações urbanas-urbanas. Assim, os fluxos migratórios internos atuais são marcados em um novo contexto socioeconômico e urbano por diferentes “condições migratórias”: áreas de retenção de população, áreas de perdas migratórias e locais de rotatividade migratória.

No que tange as regiões brasileiras em aspectos relacionados aos fluxos migratórios nos primeiros anos do século XXI, percebe-se que através da tabela a seguir Baeninger descreve que no período entre 2001-2006 e 2004-2009 houve,

respectivamente, entre 12 a 13 estados com ganhos migratórios, considerando as migrações interestaduais. Vale destacar que neste mesmo período os estados São Paulo e Rio de Janeiro tiveram perdas migratórias no contexto das migrações internas do Brasil^{xlii}.

A tabela a seguir apresenta dados que a Pesquisa Nacional por Amostra e Domicílios (PNAD), elaborado pelo IBGE nos anos de 2001-2006 e 2004-2009, aponta sobre o volume de imigração e emigração nos estados brasileiros.

Tabela 2 – Volume da imigração e emigração – Unidades de Federação (2001-2006 e 2004-2009)

| <i>Regiões/UFs</i> | <i>2001-2006</i> | | <i>2004-2009</i> | |
|------------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | Imigração | Emigração | Imigração | Emigração |
| <i>Rondônia</i> | 36.000 | 56.801 | 34.249 | 32.206 |
| <i>Acre</i> | 17.762 | 13.154 | 13.059 | 13.026 |
| <i>Amazonas</i> | 51.792 | 54.600 | 63.102 | 35.594 |
| <i>Roraima</i> | 36.602 | 7.071 | 15.351 | 14.675 |
| <i>Pará</i> | 198.152 | 174.718 | 118.292 | 160.200 |
| <i>Amapá</i> | 17.823 | 19.769 | 19.987 | 11.073 |
| <i>Tocantins</i> | 67.730 | 90.055 | 50.491 | 82.316 |
| NORTE | 425.867 | 416.168 | 314.531 | 349.090 |
| <i>Maranhão</i> | 154.041 | 220.748 | 125.387 | 154.859 |
| <i>Piauí</i> | 99.490 | 110.842 | 74.798 | 104.822 |
| <i>Ceará</i> | 174.343 | 136.014 | 93.740 | 98.073 |
| <i>Rio G. do Norte</i> | 85.063 | 54.640 | 60.182 | 37.047 |
| <i>Paraíba</i> | 112.330 | 137.991 | 74.291 | 70.917 |
| <i>Pernambuco</i> | 194.317 | 204.361 | 100.769 | 107.334 |
| <i>Alagoas</i> | 70.769 | 105.894 | 43.936 | 80.757 |
| <i>Sergipe</i> | 38.472 | 44.775 | 37.736 | 36.573 |

Continua ...

... continuação

| | | | | |
|-------------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| <i>Bahia</i> | 339.133 | 306.116 | 203.885 | 312.211 |
| NORDESTE | 1.267.958 | 1.321.381 | 814.724 | 1.002.593 |
| <i>Minas Gerais</i> | 417.502 | 378.067 | 288.373 | 276.196 |
| <i>Espírito Santo</i> | 137.501 | 82.150 | 107.421 | 54.674 |
| <i>Rio de Janeiro</i> | 210.038 | 251.634 | 141.459 | 165.522 |
| <i>São Paulo</i> | 765.469 | 972.567 | 535.376 | 588.652 |
| SUDESTE | 1.350.510 | 1.684.418 | 1.072.629 | 1.085.044 |
| <i>Paraná</i> | 262.629 | 274.548 | 203.613 | 171.868 |
| <i>Santa Catarina</i> | 217.714 | 127.768 | 194.033 | 113.545 |
| <i>Rio G. do Sul</i> | 93.457 | 130.950 | 90.036 | 104.016 |
| SUL | 573.800 | 533.266 | 487.682 | 389.429 |
| <i>Mato G. do Sul</i> | 120.126 | 80.308 | 57.900 | 50.205 |
| <i>Mato Grosso</i> | 142.130 | 85.618 | 78.627 | 90.654 |
| <i>Goiás</i> | 245.943 | 172.383 | 264.087 | 135.031 |
| <i>Distrito Federal</i> | 157.092 | 169.876 | 149.903 | 138.037 |
| C. OESTE | 665.291 | 508.185 | 550.517 | 413.927 |

Fonte: IBGE (PNAD 2006, 2009) adaptado de Baeninger (2012).

Conforme os dados do Pesquisa Nacional de Domicílios, entre 2001 a 2009, percebe-se o aumento na quantidade de emigrantes da região Nordeste. Este número é mais evidente no estado da Bahia que sofreu com um aumento da emigração em relação ao período anterior. No entanto, a autora Baeninger destaca que a região Nordeste, na primeira década do século XXI, passou por uma migração de retorno. Esse fato, no entanto, pode ser acompanhado pelos dados de São Paulo e Rio de Janeiro que, no início deste século, apontaram perdas migratórias devido a migrações de retorno e/ou rotatividade migratória.

Outro fato que chama atenção na tabela anterior é o dados do Estado de Santa Catarina que, no início deste século, apresentou um número mais expressivo

de imigrantes comparados aos estados vizinhos da Região Sul: Paraná e Rio Grande do Sul. Entre 2004 e 2009 o estado apresentou um número de 194.033 imigrantes e 113.545 emigrantes. O Rio Grande Sul apresentou maior perda migratória enquanto o Paraná um aumento imigratório não tão expressivo comparado a Santa Catarina. Alia-se a esse fato de que Santa Catarina é um estado de absorção migratória.

A região Nordeste, segundo Baeninger, passou por uma migração de retorno o início deste século^{xliii}. Contudo, os estudos de Coutinho afirmam que este fator de retorno migratório estão vinculados ao contexto atual da Região Metropolitana de São Paulo e do Rio de Janeiro e, também, pela reorganização da indústria no território nacional.^{xliv}

Brito complementa sobre esse fenômeno da migração de retorno vivenciado em grandes cidades:

Em síntese, os fundamentos demográficos, econômicos, sociais e culturais do padrão migratório que prevaleceu até a década de oitenta foram fundamentalmente comprometidos. [...] A migração de retorno, que se generalizou nas grandes regiões metropolitanas, é, para muitos, um novo caminho na contramão da possibilidade de ascensão social para o migrante. A sociedade e a economia mobilizam grande parte dos migrantes na região metropolitana, não absorvidos econômica e socialmente, para o caminho de volta, o retorno, ou para se deslocar para as periferias mais distante dos municípios metropolitanos^{xlv}.

Através dos dados do PNAD observa-se que o país passou pelo início do século XXI por uma rotatividade migratória. Assim, Baeninger ressalta que os fluxos migratórios se configuraram por mais áreas de retenção da migração do que áreas com uma tendência polarizadora de longa permanência, como foi o caso do Sudeste nos últimos cinquenta anos. A autora afirma que essas modificações nas migrações internas do país são fatores de transformações ocorridas no

cenário econômico internacional e nacional, e que trouxeram efeitos em termos econômicos e políticos. Sendo assim, essas mudanças influenciam nas decisões de migrar e, em tempos atuais, sobre a decisão de permanecer ou não na região/estado para a qual migrou em tempos passados.

Brito enaltece que as migrações deixaram de ser tão positivas e necessárias para o desenvolvimento do capitalismo e para a modernização da sociedade. Segundo o autor, as grandes cidades e os aglomerados metropolitanos, como resultado, em grande parte, das migrações anteriores, passaram a contar dentro dos seus próprios limites territoriais com o excedente populacional necessário para o funcionamento satisfatório do mercado de trabalho. Deste modo, na fase atual da transição demográfica, onde a fecundidade já alcança o nível de reposição, não há mais possibilidade de se gerar, nas tradicionais regiões de origem migratória, os mesmos excedentes populacionais do passado e, conseqüentemente, suas enormes transferências interestaduais.^{xlvi}

Diante disto, Brito aponta que atualmente há uma redução na velocidade do crescimento dos grandes aglomerados metropolitanos e um redirecionamento de migrantes para as cidades médias não metropolitanas. Também, dentro dos aglomerados metropolitanos há um crescimento populacional de municípios periféricos e, com isto, saldos negativos de migrantes em capitais evidenciando um processo de inversão espacial.

Os estudos do autor acima citado também apontam a ampliação das telecomunicações na dinâmica dos fluxos migratórios para o século XXI. Atualmente, as redes de interação social têm tido um efeito divulgando situações negativas em grandes cidades, tais como: a violência urbana, o desemprego, o acesso aos serviços públicos básicos e à moradia. Assim, as virtudes das grandes cidades até então conhecidas acabam se perdendo e, com isto, compromete a esperança do migrante traduzir em realidade a sua "ilusão de melhorar de vida".

O autor ainda enfatiza a dinâmica do mercado de trabalho que atualmente tornou-se rígido e com uma série de pré-requisitos educacionais e de treinamento que são excludentes para a grande maioria da população migrante. Brito evidencia as dificuldades que um migrante pobre e sem um nível educacional elevado possui em conseguir alguma forma de ascensão social, mesmo dentro dos estreitos limites da classe trabalhadora, como por exemplo, um sujeito do interior nordestino com destino a capital paulista. O autor ainda aponta a questão da discriminação e a exclusão dos mais pobres em uma sociedade urbana mais competitiva e menos solidária.

Deste modo, as grandes cidades passaram a ser para os migrantes que chegam e até aqueles que se movem uma arriscada busca de sobrevivência. Assim, em muitos casos, acontece a migração de retorno para seu local de origem ou até mesmo para municípios distantes dos grandes centros.

Considerações

Desde o período colonial até o presente momento as migrações internas possuem grande importância para o desenvolvimento econômico e social do Brasil. Com características distintas em determinados períodos, milhares de brasileiros têm migrado em território nacional em buscas de novas oportunidades de vida, como por exemplo, empregabilidade nos centros urbanos, fugir da violência, usufruir de melhores serviços de saúde e educação, entre outros.

Os estudos mostram que o marco das migrações internas no Brasil foi impulsionado pela economia cafeeira, a partir da década de 1930 na região Sudeste. No entanto, com a expansão da industrialização e diminuição da imigração europeia, iniciou-se um intenso processo migratório interno no país. O êxodo rural, entretanto, passou por um período crescente na história, pelo qual

grandes cidades, como São Paulo e Rio de Janeiro, foram destino de milhares de pessoas.

Os dados demográficos apontaram que durante as décadas da segunda metade do século XX, a região Nordeste ficou marcada como uma área tradicionalmente conhecida pelo alto índice de emigração, perdendo habitantes para grandes cidades como São Paulo e Rio de Janeiro. Em virtude do baixo desenvolvimento socioeconômico e, também, das grandes secas, muitos nordestinos se deslocaram para regiões metropolitanas. Contudo, essas migrações também foram marcadas pela exploração e pela marginalização dos trabalhadores, que muitas vezes foram submetidos a condições precárias de trabalho e moradia.

No entanto, a migração para as cidades também trouxe desafios, como o surgimento de favelas e a precariedade de moradia. Além disso, a concentração de pessoas em determinadas regiões acabou gerando desigualdades regionais e socioeconômicas. Mesmo assim, as migrações internas continuam a desempenhar um papel importante na história e na formação do Brasil, moldando sua cultura e sua identidade.

O século XXI traz uma nova configuração para as migrações internas no Brasil. Os estudos apontam novos espaços de redistribuição populacional, principalmente para cidades médias não metropolitanas, rotatividade migratória e migrações de retorno. Os dados demográficos dos últimos censos mostram que a Região Nordeste, tradicionalmente conhecida por perdas migratórias, teve uma migração de retorno na década de 1990 e início dos anos 2000. Um outro exemplo a se levar em evidência é o caso das grandes cidades, Rio de Janeiro e São Paulo, que teve perdas migratórias no início do século XXI. Tal análise vem de acordo com a rotatividade migratória para outros centros urbanos.

Ainda que seja bastante crítica, cabe compreender que as migrações internas continuam a ocorrer, mas com características diferentes. Muitos migrantes são jovens, homens, mulheres, pobres, brancos e negros, sobretudo, com histórias que marcam trajetórias distintas por esse Brasil afora. No entanto, ainda há desafios a serem enfrentados, como a desigualdade regional e a falta de políticas públicas adequadas para garantir a integração e o bem-estar dos migrantes.

Notas

ⁱ LEE, E. S. **Uma teoria sobre a migração**. In: MOURA, Hélio A. de (Coord.). Migração Interna. Fortaleza: BNB, 1980. p. 89-115.

ⁱⁱ *Ibid.*

ⁱⁱⁱ ASSIS, G. O. **Migrantes no passado e no presente**. In: Almeida, Heloisa Buarque de; SZWAKO, José. (Orgs.) 1. ed. São Paulo: Berlindis&Vertecchia, 2013, p. 90-124, 2013.

^{iv} SAYAD, A. **A imigração**. São Paulo: Edusp, 1998.

^v SANTOS, M. L. S. **Fluxos migratório no Sul da Bahia: da realidade identitária do cacau à realidade do ensino superior**. 2013.

^{vi} TURNES, V. A. Reflexões sobre fluxos migratórios internos de populações no estado de Santa Catarina. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v. 4, n. 1, p. 155-194, abr. 2008.

^{vii} SINGER, P. Uma teoria sobre a migração. In: MOURA, H. A. de (Coord.). **Migração interna: textos selecionados**. Fortaleza: BNB, 1980.

^{viii} *Ibid.*

^{ix} SANTOS, M. **O espaço dividido**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2004.

^x SINGER, Op. Cit., 2002.

^{xi} BRITO, F. **As migrações internas no Brasil: um ensaio sobre os desafios teóricos recentes**. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2009.

^{xii} DURHAM, E. **A caminho da cidade**. São Paulo: Perspectiva, 1973.

^{xiii} MASSEY, D. **“Economic development and international migration in comparative perspective”**. Population and Development Review, [S. l.], v. 14, p. 383-413, 1988.

^{xiv} GERMANI, G. **Sociologia de lamodernization**. Buenos Aires: Paidós, 1970.

^{xv} BAENINGER, R. Migrações internas no Brasil no século 21: entre o local e o global. In: **XVIII ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS**, 2012, Águas de Lindoia: ABEP, 2012.

^{xvi} PATARRA, N. L. **Movimentos migratórios no Brasil: tempos e espaços**. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Ciências Estatísticas, 2003.

^{xvii} MARTINE, G. **As migrações de origem rural no Brasil: uma perspectiva histórica**. In: ABEP/IUSSP/CELADE: História e População. São Paulo: Fundação SEADE, 1990.

^{xviii} SOUZA, I. **Migrações internas no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1980.

^{xix} BRITO, Op. Cit, 2009.

- xx PATARRA, Op. Cit, 2003.
- xxi PATARRA, Op. Cit, 2003.
- xxii CAMARANO, A. A.; BELTRAO, K. I. **Distribuição espacial da população brasileira**: mudanças na segunda metade deste século. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.
- xxiii CAMARANO, BELTRAO, Op. Cit., 1999.
- xxiv CAMARANO, BELTRAO, Op. Cit., 1997.
- xxv CAMARANO, BELTRAO, Op. Cit., 1999.
- xxvi MARTINE, Op. Cit., 1990.
- xxvii CAMARANO, BELTRAO, Op. Cit., 1997.
- xxviii BRITO, Op. Cit, 2009.
- xxix BRITO, Op. Cit, 2009.
- xxx MARTINE, Op. Cit., 1990.
- xxxi PATARRA, Op. Cit, 2003.
- xxxii CUNHA, J. M. P. Redistribuição espacial da população: tendências e trajetória. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 17, n. 3, p. 218-233, jan. 2003.
- xxxiii CAMARANO, BELTRAO, Op. Cit., 1999.
- xxxiv PATARRA, Op. Cit, 2003.
- xxxv OLIVEIRA, A. T. R.; ERVATTI, L. R.; O'NEILL, M. M. V. C. **O panorama dos deslocamentos populacionais no Brasil**: PNADs e censos demográficos.
- xxxvi BAENINGER, Op. Cit, 2012.
- xxxvii HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 1992.
- xxxviii BAENINGER, Op. Cit, 2012.
- xxxix SASSEN, Saskia. **The mobility of labor and capital**: a study in international investment and labor flow, New York, Cambridge University Pres, 1988.
- xl BAENINGER, Op. Cit, 2012.
- xli BAENINGER, Op. Cit, 2012.
- xlii BAENINGER, Op. Cit, 2012.
- xliiii BAENINGER, Op. Cit, 2012.
- xliv SASSEN, Saskia. **The mobility of labor and capital**: a study in international investment and labor flow, New York, Cambridge University Pres, 1988.
- xliv BRITO, Op. Cit, 2009.
- xlvi BRITO, Op. Cit, 2009.

Referências

- ASSIS, G. O. **Migrantes no passado e no presente**. In: Almeida, Heloisa Buarque de; SZWAKO, José. (Orgs.) 1. ed. São Paulo: Berlindis&Vertecchia, 2013, p. 90-124, 2013.
- BAENINGER, R. **Migrações internas no Brasil no século 21**: entre o local e o global. In: XVIII ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 2012, Águas de Lindoia: ABEP, 2012. p.1-24.

BRITO, F. **As migrações internas no Brasil**: um ensaio sobre os desafios teóricos recentes. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2009.

BRITO, F. **Expansão urbana nas grandes metrópoles**: o significado das migrações intrametropolitanas e da mobilidade pendular na reprodução da pobreza. *Revista Perspectiva*, São Paulo, jan. 2009.

CAMARANO, A. A; BELTRAO, K. I. **Distribuição espacial da população brasileira**: mudanças na segunda metade deste século. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

CAMARANO, A. A; ABRAMOVAY, R. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil**: panorama dos últimos 50 anos. Rio de Janeiro: [s. n.], 1999.

CAMARANO, A. A; ABRAMOVAY, R. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil**: panorama dos últimos 50 anos. Rio de Janeiro: IPEA, 1997.

COUTINHO, L. Cenários Exploratórios do Brasil 2020 – Comentário. **Revista ANPEC**, n.4, Brasília – DF, p. 43-46, 1998.

CUNHA, J. M. P. Redistribuição espacial da população: tendências e trajetória. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 17, n. 3, p. 218-233, jan. 2003.

DURHAM, E. **A caminho da cidade**. São Paulo: Perspectiva, 1973.

GERMANI, G. **Sociologia de la modernization**. Buenos Aires: Paidós, 1970.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

IBGE. **Estimativas da população**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017b.

IBGE. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios** (2001-2006 e 2004-2009): microdados. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

LEE, E. S. Uma teoria sobre a migração. In: MOURA, Hélio A. de (Coord.). **Migração Interna**. Fortaleza: BNB, 1980. p. 89-115.

MARTINE, G. As migrações de origem rural no Brasil: uma perspectiva histórica. In: **ABEP/IUSSP/CELADE: História e População**. São Paulo: Fundação SEADE, 1990.

MASSEY, D. "Economic development and international migration in comparative perspective". **Population and Development Review**, [S. l.], v. 14, p. 383-413, 1988.

OLIVEIRA, A. T. R.; ERVATTI, L. R.; O'NEILL, M. M. V. C. O panorama dos deslocamentos populacionais no Brasil: PNADs e censos demográficos. In: OLIVEIRA, K. F.; JANNUZZI, P. M. **Motivos para migração no Brasil e retorno ao Nordeste**: padrões etários, por sexo e origem/destino. São Paulo Perspec., [S. l.], v. 19, n. 4, São Paulo, out./dez. 2011.

PATARRA, N. L. **Movimentos migratórios no Brasil**: tempos e espaços. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Ciências Estatísticas, 2003.

SANTOS, M. L. S. **Fluxos migratório no Sul da Bahia: da realidade identitária do cacau à realidade do ensino superior**. 195 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

SANTOS, M. **O espaço dividido**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2004.

SASSEN, Saskia. **The mobility of labor and capital**: a study in international investment and labor flow, New York, Cambridge University Pres, 1988.

SAYAD, A. **A imigração**. São Paulo: Edusp, 1998.

SINGER, P. **Economia política da urbanização**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2002.

SINGER, P. Uma teoria sobre a migração. In: MOURA, H. A. de (Coord.). **Migração interna**: textos selecionados. Fortaleza: BNB, 1980. p. 211-245.

SOUZA, I. **Migrações internas no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1980. 142 p.

TURNES, V. A. Reflexões sobre fluxos migratórios internos de populações no estado de Santa Catarina. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v. 4, n. 1, p. 155-194, abr. 2008. Trimestral.

Recebido em: 30/01/2025
Aprovado em: 31/03/2025
Publicado em: 30/06/2025